

# Sumário

<b>1 O Processo Cooperativo como Paradigma para o Redimensionamento da Atividade do Julgador e Superação das Práticas Nocivas do Ativismo Judicial: Aplicação do Novo Arquétipo Decisório pelo Superior Tribunal de Justiça.....</b>	<b>1</b>
1.1 Introdução.....	1
1.2 As mudanças estruturais na ciência do processo e o surgimento do processo cooperativo .....	2
1.2.1 Do neoconstitucionalismo ao protagonismo judicial.....	2
1.2.2 A judicialização da política e a busca de um novo modelo de processo .....	10
1.3 O processo cooperativo no redimensionamento do papel do juiz para a superação das práticas nocivas do ativismo judicial: posicionamento do STJ.....	22
1.4 Conclusão.....	31
<b>2 A Cooperação Judiciária como Técnica de Gestão Processual para a Modificação de Competência Visando Evitar Decisões Conflitantes .....</b>	<b>33</b>
2.1 Introdução .....	33
2.2 Metodologia .....	35
2.3 A gestão processual como técnica que dá concretude ao princípio da eficiência processual.....	36
2.4 A cooperação judiciária como técnica de gestão processual .....	39
2.4.1 Cooperação judiciária: um diálogo institucional entre juízes e órgãos do Poder Judiciário.....	39

2.4.2 Técnica de gestão sem forma preestabelecida pelo legislador .....	44
2.4.3 Dos atos de cooperação: atos únicos e atos permanentes (atos concertados) .....	46
2.5 Modificação da competência para evitar decisões conflitantes por ato de cooperação judicial .....	50
2.5.1 A modificação da competência no CPC de 2015 e a eficiência processual .....	50
2.5.2 A modificação de competência para evitar decisões conflitantes por ato de cooperação (único ou permanente).....	53
2.5.2.1 Autorização legal para a modificação de competência por ato de cooperação .....	54
2.5.2.2 Atividade facultativa do julgador e o papel das partes na modificação de competência por ato de cooperação .....	58
2.5.2.3 Objeto da modificação de competência: prática de atos processuais e julgamento da causa .....	60
2.5.2.4 Questões procedimentais relativas à modificação de competência por ato de cooperação .....	61
2.6 Conclusão.....	63
<b>3 Um Estudo sobre as Condições da Ação na Execução: Tudo como Dantes no Quartel de Abrantes? .....</b>	<b>65</b>
3.1 Introdução.....	65
3.2 A inalterabilidade da pretensão executiva com o advento do processo sincrético .....	67
3.3 Pela manutenção da categoria “condições da ação” no CPC de 2015.....	69
3.4 Condições da ação ou pressupostos específicos da pretensão executiva....	78

3.4.1 Legitimidade ad causam .....	80
3.4.2 Interesse de agir .....	83
3.5 Conclusão.....	91
<b>4 Inexistência de Coisa Julgada Material na Sentença que Extingue a Execução: Incongruência da Tese Acatada pelo STJ.....</b>	<b>93</b>
4.1 Introdução.....	93
4.2 O mérito na execução .....	94
4.2.1 O pedido na execução.....	99
4.2.2 A causa de pedir na execução.....	100
4.3 Inexistência de coisa julgada material na sentença que extingue a execução (art. 925 do CPC) .....	104
4.4 Incongruência da tese do STJ ao admitir a existência de coisa julgada material na sentença que extingue a execução.....	112
4.5 Conclusão.....	119
<b>5 Reflexões acerca da Executividade das Sentenças de Improcedência em Ações Declaratórias Negativas .....</b>	<b>123</b>
5.1 Introdução.....	123
5.2 Natureza e evolução das hipóteses de tutela declaratória .....	124
5.3 Eficácia executiva das sentenças meramente declaratórias.....	128
5.4 Reflexões acerca da sentença de improcedência de demanda declaratória de inexistência de obrigação .....	144
5.5 Conclusão.....	149

**6 Três Ponderações para Defender a Dispensa da Garantia do Juízo nos Embargos à Execução Fiscal: Críticas ao Posicionamento do STJ ....151**

6.1 Introdução.....	151
6.2 A decisão do STJ: incongruência? .....	152
6.3 Três razões para defender a aplicação das regras do CPC da dispensa da garantia do juízo nos embargos à execução fiscal .....	159
6.3.1 Inaplicabilidade do princípio da especialidade .....	159
6.3.2 A carga valorativa das normas constitucionais trazidas pelo CPC de 2015: o fenômeno do neoconstitucionalismo e do neoprocessualismo .....	160
6.3.3 A Súmula vinculante 28 do STF: devem-se aplicar aos embargos à execução fiscal as mesmas consequências jurídicas da ação anulatória.....	166
6.4 Conclusão.....	172

**7. O Manejo da Defesa Heterotópica e a Possibilidade de Suspensão da Execução Ante o Posicionamento do STJ ..... 177**

7.1 Introdução .....	177
7.2 Questões prévias, preliminares e prejudiciais.....	178
7.3 Prejudicialidade na execução: nem toda ação de conhecimento prejudicial à execução é defesa heterotópica .....	183
7.4 Defesa heterotópica .....	186
7.4.1 Conceito e cabimento .....	186
7.4.2 As matérias deduzíveis na defesa heterotópica são essencialmente as matérias veiculadas na oposição de fundo .....	190

7.4.3 A possibilidade de suspensão da execução e o posicionamento do STJ.....	193
7.5 Conclusão.....	203
<b>8 As Peculiaridades da Defesa Heterotópica na Execução Fiscal: o Manejo da Ação Anulatória na Execução Embargada ou Não .....</b>	<b>205</b>
8.1 Introdução.....	205
8.2 Defesa heterotópica na execução fiscal .....	206
8.3 Os limites da ação declaratória de inexistência de débito fiscal, da ação consignatória e do mandado de segurança como defesas heterotópicas na execução fiscal.....	212
8.4 Do manejo da ação anulatória como defesa heterotópica.....	219
8.4.1 Da relação de prejudicialidade entre o executivo fiscal e a ação anulatória .....	219
8.4.2 As diversas possibilidades relacionais entre a ação anulatória e a execução, embargada ou não .....	224
8.5 Ações opostas após a extinção da execução fiscal.....	232
8.6 Conclusão.....	234
<b>9 Os Novos Paradigmas da Mediação Online .....</b>	<b>237</b>
9.1 Introdução.....	237
9.2 A mediação no ambiente digital .....	239
9.2.1 Modos de resolução de disputa online .....	239
9.2.2 O que é mediação online? .....	242
9.3 Novos contornos da mediação com o advento do quarto elemento .....	245

9.4 Os princípios da mediação online: uma análise à luz do quarto elemento .....	249
9.4.1 Confidencialidade .....	249
9.4.2 Autonomia da vontade das partes .....	254
9.4.3 Isonomia das partes .....	256
9.4.4 Oralidade .....	259
9.4.5 Informalidade .....	260
9.4.6 Imparcialidade .....	261
9.5 Os novos paradigmas da mediação online.....	263
9.6 Conclusão.....	266
<b>10 “Limpendo as Lentes”: o que é Justiça Restaurativa? .....</b>	<b>269</b>
10.1 Introdução.....	269
10.2 O ressurgimento de uma nova forma de solução de conflitos e sua eclosão pelo Brasil e mundo .....	270
10.3 A complexidade dos objetivos e valores a serem alcançados pela justiça restaurativa.....	276
10.4 Em busca de um conceito: as diversas acepções da justiça restaurativa .....	279
10.5 Conclusão.....	287
<b>Referências.....</b>	<b>289</b>